

associação da estudantes
da faculdade de letras da
universidade de lisboa

Alameda da Universidade
1600-214 Lisboa

tel 21 7958455
tln 91 6837147
tln 96 4740631
fax 21 7958455
nºcontribuinte 501054901

Assembleia da República Gabinete do Presidente	
de Entrada	214611
Classificação	18.02
Data	07/06/28

À DSC p/n 8 - Comissão,
07.06.28
k h

A Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em conformidade com as Associações de Estudantes do Ensino Superior de Lisboa, manifesta o seu repúdio pelo novo Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior.

As Associações de Estudantes do Ensino Superior de Lisboa levantam como pontos a favor deste RJIES:

- Violação do princípio de autonomia das Instituições do Ensino Superior.
- O retrocesso de direitos, liberdades e garantias dos estudantes.
- O momento escolhido pelo governo e o curto prazo de discussão.
- A transformação das Instituições de Ensino Superior Público em Fundações de Direito Privado nestes moldes.
- A desresponsabilização do Estado face ao orçamento do ensino superior.
- Período de transição dos órgãos e dos estatutos demasiado curto.
- A inexistência de estudantes no Conselho de Gestão
- A ingerência do Governo nps assuntos internos das IES, manifesta falta de respeito pelas mesmas.

As Associações de Estudantes do Ensino Superior de Lisboa levantam como pontos a favor deste RJIES:

- A iniciativa legislativa.
- O reforço da articulação do sistema binário Universitário-Politécnico.
- O reforço do laço e acompanhamento dos antigos alunos.
- Aproximação à sociedade civil.

A Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa apresenta em seguida a sua tomada de posição contra o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, aprovada por unanimidade em Reunião Geral de Alunos a 12 de Junho de 2007:

Como será do conhecimento de alguns, o actual governo propõe-se a aprovar brevemente o novo Regime Jurídico do Ensino Superior, que retira aos alunos direitos fundamentais, ao reduzir a sua representação nos órgãos deliberativos das instituições.

associação^{de} estudantes
da^{da} faculdade^{de} de letras^{da}
universidade^{de} de lisboa

Alameda da Universidade
1600 214 Lisboa

tel 21 7990530
tln: 91 6837117
tln_96 4740531
fax 21 7956155
n-contribuinte 501054901

De forma mais prática, o RJIES vai ao encontro da privatização e consequente elitização do ensino superior, retirando poder aos alunos, enfraquecendo a comunidade estudantil e dificultando a participação dos estudantes na vida académica.

Temos como pedra de toque deste novo RJIES quatro pontos essenciais:

- A possibilidade de transformação das Instituições de Ensino Superior Público em Fundações de Direito Privado.

- A aprovação de novos estatutos por uma comissão nomeada pelo reitor, com apenas dois estudantes, mas com cinco personalidades externas à faculdade.

- A gestão da faculdade, no caso de ser transformada em Fundação, por cinco curadores nomeados pelo governo e escolhidos entre personalidades sem qualquer vínculo à instituição.

- A criação, nas instituições que se mantenham como de Ensino Superior Público, de um novo órgão máximo, o Conselho Geral, em que os professores se vêm representados em mais de 50% e entidades externas em pelo menos 30%, limitando assim a representação dos alunos a um máximo de 19%.

Após uma reunião com o reitor António Nóvoa em que este expressou a sua posição contra o RJIES, e em que estiveram presentes membros de diversas AAEE da Universidade de Lisboa que também se mostraram contra o RJIES, é posição formal da AEFLUL que é necessário e urgente desenvolver uma forte contestação a esta nova lei.

Considerando que:

- Fundações de Direito Privado se regem por uma lógica economicista, tornando o ensino um negócio, o que vai contra a nossa visão do ensino como forma de enriquecimento académico, cultural e pessoal dos alunos, bem como forma de enriquecimento social do país. A nossa posição é que o financiamento do ensino superior é uma responsabilidade inalienável do estado;

- A presença de entidades externas (nomeadas ou não pelo governo) no Conselho Geral ou na Comissão Estatutária é um absurdo pois não só se retira autonomia aos elementos que de facto contribuem para a vida da Universidade, como se delega poder em elementos desligados da realidade e da lógica orgânica próprias de cada instituição.

associação de estudantes
da faculdade de letras da
universidade de lisboa

Alameda da Universidade
1600 214 Lisboa

tel. 21 7990536
tln. 91 6837147
tln. 95 4340521
fax 21 7958455
n.º contribuinte 503054901

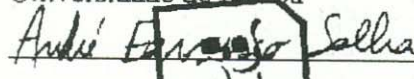

Exemplo: Na nossa faculdade, o Conselho Directivo aprovou recentemente um protocolo com a Caixa Geral de Depósitos que permite que a CGD se imiscua em assuntos que competem à gestão da Faculdade, como a contratação/despedimento de funcionários da instituição e que visa alterar o nome do Centro de Línguas Interdepartamental para Centro de Línguas Interdepartamental Caixa Geral de Depósitos, o que constitui, no nosso entender, uma perda da autonomia consagrada constitucionalmente às Instituições de Ensino Superior;

- A redução do poder dos estudantes é um gesto antidemocrático e que, em última análise, desliga os alunos da instituição na qual estão inscritos, fazendo com que o aluno se torne um mero espectador das aulas a que assiste e após as quais vai para casa;

É urgente que nos mobilizemos para lutar contra o novo Regime Jurídico que este governo, num claro gesto de má-fé, tanta fazer passar à revelia dos estudantes, sem o devido tempo de discussão e desprezando a opinião dos estudantes, aproveitando para isso uma época em que os alunos estão concentrados nos exames de final de ano e por isso mais indisponíveis para a intervenção política.

Lisboa, 27 de Junho de 2007

A Direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa


(André Solha)



(Patrícia Pinheiro)
